

LINGUAGEM E SOCIEDADE:

o papel das reformas pombalinas e do verdadeiro método de estudar, de Luís António Verney, no estabelecimento do *habitus* linguístico brasileiro

Manoela Barbosa Pinto (manoelabpinto@gmail.com)
Universidade Tiradentes (PPED)
Simone Silveira Amorim (amorim_simone@hotmail.com)
Universidade Tiradentes (PPED)

Resumo: A linguagem é uma forma de expressão social através da qual sentimentos, ideias e pensamento podem ser significados em uma sociedade. Por este motivo, ela pode agir como um *habitus* social, homogeneizando a língua de uma sociedade, ou seja, estabelecendo a língua oficial de uma nação e tornando-a essencial para a participação do sujeito naquela comunidade. Este artigo tem como objetivo discutir o papel das Reformas Pombalinas e do Verdadeiro Método de Estudar, de Verney, na constituição da língua portuguesa como *habitus* social brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com viés histórico, baseada no conceito de *habitus* social de Norbert Elias (1994), assim como nas análises de Silva (2022) e Santos (2020) sobre a obra O Verdadeiro Método de Estudar (1746). Com isso, percebeu-se que o Marquês de Pombal pretendia constituir uma sociedade moderna dentro dos preceitos iluministas, os quais ele considerava o ideal civilizatório e iam de encontro com o ‘atrasado’ método jesuítico. Para tanto, ele precisava estabelecer um *habitus* que tornaria aquela sociedade homogênea. Ele encontrou isso nas ideias de Verney, que defendia um modelo de ensino monolinguista, voltado para a retomada do poder da língua portuguesa como língua de instrução. Assim, o ideal de civilização passou a ser associado à unificação da língua portuguesa, e os sujeitos só seriam considerados civilizados e participantes da sociedade brasileira se falassem a sua língua materna, o português.

Palavras-chave: Habitus Social. Reformas Pombalinas. Verney.

Introdução

A linguagem é uma forma de expressão social através da qual sentimentos, ideias e pensamento podem ser significados em uma sociedade, e é por meio destes processos de significação que ocorre a produção e compartilhamento do conhecimento humano. Em outras palavras, a linguagem transforma o ideal em real, dando forma aos mapas conceituais originados na consciência por meio de um conjunto de signos, criando, assim, códigos culturais que serão intercambiados entre pessoas pertencentes ao mesmo grupo social.

Para Froebel (2001), a linguagem possui uma natureza dupla, pois corresponde ao mundo interior e ao mundo exterior. Ou seja, ao mesmo tempo que a linguagem é a representação da consciência e do espírito humano, ela também é uma imitação da natureza. Portanto, a linguagem é a

[...] exposição e manifestação espontânea do interior ao exterior por meio do que é exterior [...] da mesma maneira que ao abrir-se o botão de uma flor se descobre o seu interior, quando se fala, conhece-se espontaneamente o que tem dentro; por isso, a linguagem coloca o interior para fora, o faz público – é a exposição, a manifestação do interior no exterior. (Froebel, 2001, p. 135).

Por este motivo, segundo Locke (1983), a principal finalidade da linguagem é a comunicação. E para que isso ocorra é preciso que os indivíduos utilizem as mesmas palavras para significar algo. Porém, o autor ressalta que é neste quesito que reside o problema da linguagem, pois dificilmente duas pessoas irão compreender uma ideia exterior da mesma forma, pois cada um possui percepções e conceitos diferentes nas constituições de suas ideias mais simples.

No entanto, essa perspectiva é individualizadora, pois se for lançado um olhar mais coletivo sobre a linguagem, ela será vista não apenas como a representação de um povo, mas também como o fator unificador daquela nação. Porém, levando em consideração a relação entre indivíduo e sociedade, este artigo trará a linguagem como um *habitus* social, ou seja, um tipo de saber social introduzido pelos sujeitos de uma determinada comunidade, que se torna um padrão comportamental (Elias, 1994).

De acordo com Elias (1994), não se pode discutir sobre sociedade e sujeito separadamente, pois são entidades interdependentes. Para o autor,

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos ‘sociedade’ (ELIAS, 1994, p. 21).

Portanto, na visão de Elias (1994), a sociedade é como uma teia, onde os indivíduos estão interligados entre si, sendo que as ações de um único sujeito são capazes de afetar toda uma comunidade, ocasionando uma transformação em cadeia. Tal pensamento se assemelha a uma *hive mind*, onde os sujeitos deixam de operar individualmente e passam a viver em função da harmonia do todo, e qualquer comportamento fora do padrão é considerado desviante e rapidamente isolado, para que dessa forma não afete o funcionamento daquela sociedade.

Desta forma, o uso da linguagem como *habitus* social, e parte do processo civilizador, ocorre por meio da homogeneização da língua, ou seja, se estabelece uma língua oficial para um país e ela torna-se essencial para a participação dos sujeitos naquela sociedade. A perpetuação desta língua se dá por meio da instrução nas instituições de ensino. Um exemplo deste processo ocorreu durante a colonização do Brasil, quando houve o rompimento com os jesuítas e a substituição dos seus métodos de ensino, o que motivou, segundo Santos (2020), o Marquês de Pombal a implementar sua própria política educacional em Portugal e em suas colônias. O que ficou conhecido como Reformas Pombalinas.

Ainda de acordo com Santos (2020), as Reformas Pombalinas foram fortemente influenciadas por um pensador chamado Luís António Verney (1713-1792) e sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), que

[...] defendeu o ensino da Língua Portuguesa como ponto de partida nas escolas (...) nessa perspectiva, propunha que se ensinassem uma maneira mais espontânea de compor discursos, em uma língua que fosse facilmente acessível aos portugueses e da qual tivessem amplo domínio, com vistas a que sua nova proposta educacional exaltasse a língua portuguesa, a partir da percepção da utilidade da experiência como

mecanismo essencial no processo de ensino-aprendizagem. (Santos, 2020, p. 72)

Desta forma, Verney (1746) propunha que a língua portuguesa ocupasse seu lugar como língua de instrução e influente em sua sociedade. Uma vez que, até então, o ensino da própria língua portuguesa era feito em Latim, assim como toda produção literária e o ensino religioso. Então, não se tratava apenas de uma proposta de um modelo de ensino, mas da retomada da língua nativa de um país e a utilização dela para a criação de um *habitus* social.

Portanto, levando em consideração o papel do *habitus* social para o desenvolvimento de uma homogeneidade linguística como parte do processo civilizador, esse artigo tem como objetivo discutir o papel das Reformas Pombalinas e do Verdadeiro Método de Estudar, de Verney, para a constituição da língua portuguesa como *habitus* social brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com viés histórico, baseada no conceito de *habitus* social de Norbert Elias (1994), assim como nas análises de Silva (2022) e Santos (2020) sobre a obra O Verdadeiro Método de Estudar (1746).

O estabelecimento da língua portuguesa como um *habitus* social durante a reforma pombalina

Quando se pensa em civilização, a primeira coisa que vem à mente é uma sociedade estruturada, avançada intelectualmente, economicamente e espiritualmente. Autores como Vainfas (2002), por exemplo, acreditam que o conceito de civilização está associado ao modo de vida das elites que vivem nas grandes metrópoles, ou seja

[...] o ideal de civilização também foi frequentemente associado ao ideal de progresso, ambos diretamente dependentes da criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho [...] civilidade significava cortesia, urbanidade, polidez, boa educação, boas maneiras, delicadeza, etiqueta, ou seja, era tudo que se opunha a rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos. (Vainfas, 2002, p. 142)

Elias (1990), em seus estudos, possui uma perspectiva semelhante a essa. Para o autor, civilização é um processo em que uma cultura dominante se sobrepõe às outras e impõe seu modo de vida, estabelecendo *habitus* que devem ser seguidos para que os

indivíduos façam parte da sociedade. Atualmente, os Estados Unidos ditam as normas por meio da sua cultura, economia e idioma. Por exemplo, estabeleceu-se a crença de que a produção do pensamento moderno, seja ele cultural, científico ou filosófico, só teria qualidade e validade se estivesse em inglês, língua considerada influente na sociedade atual.

Em sua obra ‘O processo civilizador’ (1990), Elias utiliza como exemplo a sociedade francesa entre os séculos XVII e XVIII, onde a nobreza era responsável pelas mudanças sociais que ocorriam. Assim, dentro deste contexto, a expressão ‘mundo civilizado’ representava a elite europeia, que se considerava mais refinada e educada do que o restante da população, uma vez que “essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgavam mais simples e mais primitivos” (ELIAS, 1990, p. 54). Por este motivo, esta classe social estabelece normas, que se tornam *habitus* sociais.

No entanto, é importante salientar que esse processo não é estático e nem se restringe a um pequeno grupo de pessoas, nem tampouco ocorre através de atos revolucionários e violentos. O processo civilizador é lento, longo e se encontra em um estado de constante transformação. Segundo Elias (1990), essas mudanças ocorrem em atos simples como, por exemplo, o uso de talheres à mesa, hábitos de higiene, modos de se vestir e métodos de ensino.

Essas transformações são ocasionadas pela troca de códigos de boas maneiras e civilidade entre os membros de uma mesma sociedade. Para Elias (1994), é através do contato de um ser humano com outro que se transmite um conhecimento ou comportamento inerente de uma determinada sociedade, então, por intermédio desta troca, se constroem os sentidos e, por consequência, o *habitus*, que se constituem das exigências sociais aliadas às necessidades individuais. O autor ainda ressalta que, mesmo que não ocorra de forma consciente, essa propagação de valores e normas sociais é inerente em uma sociedade, já que um sujeito depende da função do outro, ou seja, os ensinamentos do pai passam para os filhos, que passam para os seus descendentes.

Desta forma, pode-se dizer que, em um contexto de colonização, a língua se torna um *habitus* social como parte de um processo civilizador. Isso ocorre porque uma sociedade influente e considerada civilizada impõe seus modos e normas sobre outra

civilização vista como selvagem. No Brasil, foram utilizadas duas formas de propagação desses pensamentos da grande metrópole: religião e educação. As Reformas Pombalinas, por sua vez, foram um movimento que iniciou esse processo civilizador e utilizou estas duas formas para alcançar seu objetivo, que era a modernização da administração da Coroa portuguesa.

De acordo com Silva (2022) e Santos (2020), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1872), mais conhecido como Marquês de Pombal, foi um reformador e déspota que atuou principalmente como Secretário de Estado do Reino no reinado de D. José I (1750-1777). Durante seu período de atuação, defendeu um poder centralizado no rei e “[...] promoveu o mercantilismo e mudanças na economia, política e educação. Tentou reduzir ainda as regalias do clero e o poder da burguesia.” (Silva, 2022, p. 44). Por este motivo, Santos (2020, p. 41) relata que Pombal acumulou vários desafetos “[...] por parte da nobreza, do clero, dos colonos do Brasil, especialmente, dos jesuítas.”.

No entanto, essa rejeição não deteve os planos do Marquês, que continuou a promover, por meio da educação e comércio, seus planos civilizatórios para a Coroa. Santos (2020) destaca que essas ideias de Pombal, relacionadas à ciência, modernização e reformas, foram fortemente influenciadas pelo pensamento Iluminista. Ele acreditava que a felicidade da Coroa dependia da ciência, e ela seria a base da conservação da religião, justiça e igualdade. Com isso, a educação deveria ter como principal pilar a experiência, uma vez que seria através deste processo que a verdade seria descoberta, e seus preceitos deveriam seguir as tendências das ‘nações civilizadas’. (Silva, 2022). Portanto, “[...] as reformas educacionais buscaram construir um presente e um futuro inovadores, deixando para trás o que era compreendido por obscurantismo e substituindo por metodologias de ensino que consideravam a ciência e a cultura.” (Santos, 2020, p. 90). Desta forma,

Junto com o referido projeto de modernização, para os iluministas portugueses ainda estava no horizonte colocar Portugal entre os países mais desenvolvidos da época. Para atingir esse objetivo, era necessário treinar homens que fossem particularmente úteis na burocracia estatal. Não se tratava de retomar um glorioso passado colonial, mas de organizar a economia com os equipamentos mais modernos, tecnológicos e científicos, seguindo o exemplo dos países industrializados. (Santos, 2020, p. 33)

Ao trazer este discurso reformista para o Brasil, que era uma das colônias de Portugal na época, houve uma resistência dos jesuítas que ocupavam a região, mas que há muito tempo já haviam desviado do seu propósito religioso. De acordo com Santos (2020, p. 44),

[...] os padres jesuítas exerceram grande influência devido à monopolização dos processos de mão-de-obra indígena, e o comércio da região. Com isso, eles conseguiam não somente o poder espiritual, mas também o poder temporal, como também o poder político dos indígenas. Esse foi um dos motivos que fez com que Pombal se convencesse da necessidade de retirar os indígenas da influência dos jesuítas.

Porém, o fator econômico não foi o único motivo para o rompimento entre Portugal e os jesuítas. Santos (2020) informa que os planos de Pombal para o estabelecimento de uma civilização no Brasil consistiam no seu aumento populacional. Para isso, ele decidiu promover uma miscigenação entre índios e europeus, uma vez que acreditava ser muito difícil haver uma migração do velho continente para o novo. Além disso, para Pombal, os jesuítas iam de encontro com tudo aquilo que ele considerava símbolo de civilização, ele “[...] via o jesuitismo como algo antimoderno, oposto e ostensivo contra todas as formas de modernização da cultura.” (Santos, 2020, p. 46)

Com a saída dos jesuítas do território brasileiro, Pombal teve o caminho aberto para implementar suas reformas. Na educação, a princípio, foram estabelecidos três objetivos: levar a educação ao controle do Estado, sua secularização e a padronização do currículo. Para tanto, Pombal criou as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam substituir os extintos colégios jesuítas, além de criar o cargo de ‘Diretor Geral dos Estudos’. De acordo com Seco e Amaral (2006), o fato da criação deste cargo estar presente no Alvará de 1759, indicava que a Coroa tinha a intenção de

[...] uniformizar a educação na Colônia e fiscalizar a ação dos professores [...] do material didático por eles utilizado [...] de modo a que não houvesse choque de interesses — isto é, que não houvesse nenhum outro poder, como era o dos jesuítas, a afrontar as determinações da Coroa (Seco; Amaral, 2006, s/n)

As autoras também ressaltam que o processo civilizador do Brasil por meio das Reformas Pombalinas não foi tão rápido quanto aparenta. Na verdade, durou cerca de trinta anos para que a Coroa conseguisse assumir o controle da educação em sua colônia e

implementar de fato as reformas propostas por Pombal. Isso ocorreu devido à dificuldade em dar continuidade e expandir as escolas brasileiras, uma vez que a população estava acostumada e se beneficiava há muito tempo do ensino jesuíta. A situação só se transformou com a instituição do ‘subsídio escolar’, imposto voltado para a manutenção do ensino primário e secundário. Com isso, a educação passou a receber mais verba para investir na compra de livros e formação de professores, o que consequentemente afetou positivamente na gestão administrativa do sistema escolar (SECO; AMARAL, 2006).

Quanto à proposta de ensino de língua portuguesa presente no Alvará de 1770, Santos (2020) relata que ela foi fortemente influenciada pelo Verdadeiro Método de Estudar, de Luís António Verney. Desde as suas críticas ao ensino jesuítico até a metodologia de ensino. Assim,

[...] o referido projeto educativo de Verney [...] emergiu com a finalidade de iluminar a nação portuguesa. Marcou presença direta nas reformas educacionais pombalinas e, em consequência, contribuiu para a regulamentação da profissão docente em território português, de modo especial, no território brasileiro. (Santos, 2020, p. 35)

No entanto, o que chama atenção, tanto na obra de Verney quanto no Alvará de 1770, é o protecionismo à língua e cultura portuguesa. Segundo Santos (2020), Verney defendia que o estudo começasse pela gramática portuguesa e que as demais disciplinas fossem lecionadas também em língua portuguesa. Isso foi algo inovador para época, pois, por causa do domínio de ensino jesuítico, o ensino era feito em latim, inclusive o ensino da própria língua portuguesa.

Ainda de acordo com Santos (2020), para Verney, a língua era o fator de identificação e união dos indivíduos de uma nação. Logo, a língua portuguesa aqui é tratada como um *habitus* social para o projeto de civilização pensado pelo Marquês de Pombal com base nas premissas do Iluminismo. Então, para que essa homogeneização da língua ocorresse de forma rápida, Verney propôs que “[...] as regras duras do idioma fossem simplificadas, tornadas mais fáceis, portanto, acessíveis a um número maior de estudantes e de cidadãos portugueses.” (Santos, 2020, p. 61).

Ainda pensando no valor da língua portuguesa, Verney pontuava a necessidade de possuir uma boa retórica em sua língua materna, saber se expressar. Para ele, somente os

ignorantes, não civilizados, eram incapazes de proferir um discurso persuasivo e significativo em sua própria língua. Por isso, Verney defendia que “[...] a força da eloquência e elegância da língua consiste em explicar-se bem, de forma simples e natural, mas para que isso aconteça, é preciso primeiro saber falar bem seu idioma e dominar a arte da retórica.” (Santos, 2020, p. 61). Este foi um dos seus principais argumentos para criticar o ensino do latim, pois em sua opinião a língua estrangeira deveria ser ensinada com base na língua materna, e não ao contrário.

Por essa razão, primeiro deve ser aprendida a gramática vulgar para depois apresentar o estudo do Latim. Quando o estudante soubesse sobre a Retórica poderia empregar-se em compor orações do latim; ou traduzindo as orações que compôs em português para o latim, ou mesmo criando outras novas para o exercício de tradução. (Silva, 2022, p. 48)

Desta forma, essas críticas com relação ao ensino do latim proposto pelos jesuítas corroboravam com a ideia de atraso empregada pelo Marquês de Pombal para descrever o ensino jesuítico. Com isso, tanto Verney quanto Pombal pretendiam empregar um ensino que valorizasse a língua portuguesa na Corte e em suas colônias, utilizando “[...] uma metodologia de ensino que contribuisse para a sociedade de modo geral e que abarcasse a cultura portuguesa, adequando-se aos pressupostos do Iluminismo vigente na Europa.” (Santos, 2020, p. 34).

Portanto, nota-se que o Marquês de Pombal pretendia constituir uma sociedade moderna dentro dos preceitos iluministas, os quais ele considerava o ideal civilizatório e iam de encontro com o ‘atrasado’ método jesuítico. Para consolidar o seu projeto de civilização, ele precisava estabelecer um *habitus* através do qual os indivíduos daquela sociedade se tornariam um só. Ele encontrou isso nas ideias de Verney, que defendia um modelo de ensino voltado para a retomada de poder da língua portuguesa, para que, desta forma, ela ocupasse seu lugar como língua de instrução e influente em sua sociedade.

Considerações finais

Através dos estudos realizados pelos autores utilizados neste artigo, foi possível discutir o papel das Reformas Pombalinas e do Verdadeiro Método de Estudar, de Verney,

para a constituição da língua portuguesa como *habitus* social brasileiro. Sendo assim, ao trazer as considerações de Locke (1983) e Froebel (2001) sobre a importância da experiência, da reprodução das ações e, conseqüentemente, o meio social que cerca o indivíduo para o desenvolvimento da linguagem e a produção de significações, foi possível compreender o papel do *habitus* social para o desenvolvimento de uma homogeneidade linguística como parte do processo civilizador.

Além disso, as obras de Elias (1994, 1990) e os estudos de Silva (2022) e Santos (2020) permitiram um melhor entendimento sobre a percepção que Pombal e Verney tinham sobre civilização, e o tipo de sociedade que eles pretendiam constituir, além da importância do estabelecimento de regras e modos para a homogeneização de um pensamento, e conseqüentemente a formação de um *habitus* social.

Portanto, percebe-se que a civilização pretendida pelo Marquês de Pombal tinha como base os preceitos do Iluminismo, sendo uma sociedade pautada pela ciência e modernidade. Para tanto, ele estabeleceu um conjunto de normas por meio dos Alvarás. Verney, por sua vez, foi responsável por influenciar através de suas obras o pensamento monolinguismo presente nas Reformas Pombalinas, uma vez que foi através desse processo que se estabeleceu um comportamento coletivo, ou seja, o ideal de civilização passou a ser associado à unificação da língua portuguesa, e os sujeitos só seriam considerados participantes daquela sociedade se falassem a sua língua materna.

Referências

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Volume 1: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

FRÖEBEL, Friedrich. *A educação do homem*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores). Disponível em:

<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Ensaio-Acerca-do-Entendimento-Humano.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2022.

SANTOS, João Ferreira dos. *A presença de Luís António Verney nas reformas pombalinas da educação (1759-1770)*. Tese de Doutorado (Educação). Aracaju: Universidade Tiradentes, 2020.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira*. Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 2006. Disponível em:

<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira>. Acessado em 21 Jun. 2022.

SILVA, Waldinei Santos. *História das ideias pedagógicas no Brasil Império: o ensino de línguas estrangeiras entre 1832 e 1890*. Tese de Doutorado (Educação). Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

VAINFAS, Ronaldo. *O dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.